

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### 16ª Sessão Ordinária de 2020

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 21/10/2020, págs. 1/20)

Dia: 27/10/2020

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3  
Brasília-DF

### PAUTA DESTA SESSÃO

#### PARTE I

1) Aprovação da Ata da 15ª Sessão Ordinária (13/10/2020).

#### PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

##### Processos com Pedidos de Vista

##### Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2018 (25/09/2018)

1) Proposição nº 1.00328/2018-90

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

##### Pedido de Vista na 14ª Sessão Ordinária de 2019 (24/09/2019)

2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00150/2019-03

Requerente: Ministério Público de Contas do Estado de Goiás

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Despachos de nºs 434/2017, 451/2017 e 596/2017 – PGJ-DG, da lavra do Procurador-Geral de Justiça. Recebimento por parte dos servidores de valores correspondentes à diferença de 11,98% decorrentes da conversão de cruzeiros reais em Unidades Reais de Valores (URV). Alegação de inexistência de fato gerador. Alegação de prescrição. Pedido de liminar.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Goiás

Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2020 (12/02/2020)

- 3) Proposição nº 1.01141/2018-59  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP n.º 14/2006. Acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 16. Proibição de realização de entrevista pessoal reservada nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Pedidos de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2020 (10/03/2020)

- 4) Reclamação Disciplinar n.º 1.00901/2019-28  
Requerentes: Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará; Corregedoria Nacional do Ministério Público; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Pará; Terra de Direitos  
Advogadas: Vercilene Francisco Dias – OAB/GO n.º 17976; Maira de Souza Moreira – OAB/RJ n.º 196.521  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Tarik Rajeh Ferreira – OAB/PA n.º 27.970  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Pará  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00063/2020-44  
Requerentes: Afonso de Ligório Bezerra Junior; Alexandre Gonçalves Frazão; Alysson Michel de Azevedo Dantas; Augusto Carlos Rocha de Lima; Fabio de Weimar The; Herminio Souza Perez Junior; Izabel Cristina Pinheiro; Juliana Alcoforado de Lucena; Micaele Fortes Caddah; Patricia Antunes Martins de Oliveira; Paulo Batista Lopes Neto; Sílvio Ricardo Gonçalves de Andrade Brito  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Ato da Procuradoria Geral de Justiça que desativou prédios de Promotorias de Justiça. Designação de membros para terem exercício em outras Comarcas. Desrespeito a regra das promoções e remoções. Pedido liminar.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (05/05/2020)

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00208/2020-16  
Requerentes: Fabio Ribeiro Velloso; Luciano Taques Ghignone; Paulo Eduardo Garrido Modesto  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Portarias n.ºs 524/2020, 525/2020 e 546/2020. Remoção compulsória. Violação à inamovibilidade. Alegação de desvio de poder. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto  
Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência (12/05/2020)

- 7) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Piauí  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00224/2020-90  
Requerentes: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Jussara Maria Pordeus e Silva  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Procuradoria Geral de Justiça  
Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Suspensão dos efeitos dos atos de convocações, a partir de edição do Decreto nº 42.100, do Governo Estadual, e dos atos de deferimento dos requerimentos de trabalho remoto. Ato nº 112.2020.PGJ. Prevenção ao COVID-19. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Amazonas  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedidos de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (16/06/2020)

9) Pedido de Providências nº 1.00312/2018-13

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Amapá

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Determinação de acesso aos autos do Procedimento Investigatório nº 0000013-71.2016.9.04.0000 aos advogados devidamente constituídos. Desrespeito a Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Amapá

Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto  
Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

10) Proposição nº 1.00448/2018-14

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (30/06/2020)

11) Pedido de Providências nº 1.00800/2019-39

Requerente: Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região

Advogada: Sabine Tams Gasperin – OAB/CE n.º 42.863

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP n.º 33/2016.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Ceará

Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária de 2020 (07/07/2020)

12) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)

Recorrente: Margaret Matos de Carvalho

Advogados: Rudí Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804

Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2020 (18/08/2020)

13) Reclamação Disciplinar nº 1.00630/2019-00 (Recurso Interno)

Recorrente: Universidade Federal de Pelotas

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: Rio Grande do Sul

Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

14) Consulta nº 1.00838/2018-11

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Interessados: Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL  
Advogado: George Melão – OAB/SP n.º 384.804  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 14ª Sessão Ordinária de 2020 (22/09/2020)

15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00214/2020-46

Requerente: Estado da Bahia  
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130  
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00438/2020-20

Requerente: Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Pernambuco  
Advogado: André Rebelo Costa – OAB/AL n.º 11569  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Suspensão da validade. Resolução Conjunta PGJ – CGMP nº 03/2020. Desrespeito à Resolução CNMP nº 164/2017. Extrapolação da competência do Procurador-Geral e do Corregedor-Geral. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedidos de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2020 (13/10/2020)

- 17) Reclamação Disciplinar nº 1.00967/2018-37 (Recurso Interno)  
Recorrente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Pedido de revisão de decisão monocrática de arquivamento proferida na Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
- 18) Pedido de Providências nº 1.00675/2019-58  
Requerente: Lilia Emilia Ferreira  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Interessado: Pedro Eugenio Beltrame Benatti  
Advogado: Alexandre Iunes Machado – OAB/GO n.º 17275  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Desconstituição de atos realizados. Inquérito Civil Público nº 005/2019 – Autos 2019.0008.4667. Irregularidades em busca e apreensão. Pedido de impedimento e suspeição de membro da 5ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima
- 19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Jaime Romaquelli  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00168/2020-58  
Requerente: Francisco Yukio Hayashi  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Fazenda. Acesso ao Sistema de Administração Tributária. Indeferimento de pedido.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

- 21) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00294/2020-02  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Interessado: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Prestação de declaração falsa no Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 1.00567/2018-95. Violação dos deveres funcionais. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00988/2018-80. Portaria CNMP-CN nº 24/2020.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto  
Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 22) Proposição nº 1.00056/2017-10  
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correções e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correções e Inspeções.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal
- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77  
Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista  
Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional da Paraíba  
Advogado: Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação de não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Paraíba
- 24) Proposição nº 1.00509/2018-25  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal



- 25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)  
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Maranhão

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

- 26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Rio Grande do Norte

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária (26/02/2019)

- 27) Proposição n.º 1.01083/2018-09  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 12, da Resolução n.º 92. Regimento Interno.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária (25/06/2019)

- 28) Proposição nº 1.00622/2017-84  
Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Critérios para fins de promoção e remoção por merecimento de membro do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

- 29) Proposição nº 1.00946/2017-02 (Apenso: Processo nº 1.00949/2017-65; Processo nº 1.00951/2017-70; Processo nº 1.00950/2017-17; Processo nº 1.00963/2017-22)  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Formação de listas tríplices para promoção por merecimento, em caso de insuficiência de candidatos no primeiro quinto da lista de antiguidade.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 30) Proposição nº 1.00947/2017-58  
Requerente: Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A promoção por merecimento, ainda que norteadas por critérios objetivos e eventualmente precedida de avaliação dos candidatos pela Corregedoria local, não prescinde de um natural resquício de subjetividade, devendo os votos do Conselho Superior serem documentados para o caso de se submeterem a posterior controle.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (13/08/2019)

- 31) Reclamação Disciplinar nº 1.00193/2019-52 (Recurso Interno)  
Recorrente: Saulo Henrique Silva Caldas – OAB/SE nº 5.413  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Sergipe.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Sergipe
- 32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00333/2019-56 (Recurso Interno)  
Recorrente: Shirlene Kerine Costa  
Advogado: Bruno Fabricio Elias Pedrosa – OAB/PI nº 15339  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Tocantins  
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Irregularidades no indeferimento da inscrição do concurso de remoção. Edital nº 001/2019, retificado pelo Edital nº 002/2019. Exclusão do item 1.4 do Edital de Remoção Interna nº 002/2019. Promotorias de Justiça de Araguaína. Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Tocantins

Incluído na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (10/09/2019)

- 33) Proposição nº 1.00956/2018-39  
Requerente: Fábio Bastos Stica  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Alteração do art. 24 do RICNMP.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (26/11/2019)

34) Proposição nº 1.01065/2017-37

Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Distrito Federal

35) Proposição nº 1.00972/2018-03

Requerentes: Gustavo do Vale Rocha; Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços ministeriais pelas partes, procuradores, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, em todos os seus ramos.

Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (11/02/2020)

36) Proposição nº 1.00146/2019-90

Requerente: Sebastião Vieira Caixeta

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação no âmbito do Ministério Público da responsabilização administrativa de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Distrito Federal

37) Proposição nº 1.00151/2019-67

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Atuação dos membros do Ministério Público. Defesa dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência residentes em instituições que prestem serviços de acolhimento de pessoas com deficiência.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Distrito Federal

38) Proposição nº 1.00393/2019-23

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77, do RICNMP.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão (10/03/2020)

39) Proposição nº 1.00894/2019-64

Requerente: Rinaldo Reis Lima

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Notícia de Fato como hipótese de tratamento liminar de requerimentos desprovidos de fundamento e/ou manifestação alheios às atribuições da Corregedoria Nacional.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência (28/04/2020)

40) Proposição nº 1.00125/2020-09

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração do Regimento Interno. Possibilidade de arquivamento, a critério do Relator, de proposições de iniciativa de Conselheiros Nacionais em razão de superveniente término de mandato do proponente.

Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência (12/05/2020)

41) Proposição nº 1.00124/2020-55

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Previsão de remessa das proposições aprovadas em Plenário à Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência, para, se cabível, apresentação da redação final.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

42) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27

Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.

Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Origem: Distrito Federal

- 43) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03  
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica nº 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência (23/06/2020)

- 44) Proposição nº 1.00354/2018-09  
Requerente: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Instituição de programas e ações sobre equidade de gênero no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal
- 45) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00158/2019-42  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Descumprimento do item 19.7 do Relatório Conclusivo da Correição realizada nas unidades ministeriais do mencionado Estado. Determinação para ajuizamento de Ação Civil de Perda de Cargo. Processo CNMP nº 0.00.000.000047/2017-20.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Goiás

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária (07/07/2020)

- 46) Proposição nº 1.00450/2018-20  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação aos órgãos do Ministério Público a adoção de medidas para o aumento da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos naturais, em especial energia elétrica, água e papel.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Distrito Federal

- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00918/2019-58  
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recomendação Conjunta n.º 0001.2019-PGJ/CGMPAM. Atuação de membros nos processos de habilitação de casamento e processos de conversão de união estável em casamento.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Amazonas

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (18/08/2020)

- 48) Pedido de Providências nº 1.00007/2020-91  
Requerente: Florismar de Paula Sandoval  
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins  
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Extinção da Promotoria da Comarca de Tocantinia. Remoção do membro titular para outra Comarca. Resolução nº 53, do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Tocantins
- 49) Reclamação Disciplinar nº 1.00044/2020-09 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Diego Nardo  
Advogado: Roger de Mello Ottano – OAB/TO n.º 2583  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Tocantins.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 50) Pedido de Providências nº 1.00104/2020-66  
Requerente: Soliana Figueiredo dos Santos Silva  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Uberlândia. Transporte escolar no município de Araguari. Idade máxima de veículos.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Minas Gerais
- 51) Proposição nº 1.00445/2020-04  
Requerente: Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação às unidades do Ministério Público brasileiro a respeito de regras de atendimento aos advogados, procuradores e defensores públicos, para efetivação do art. 5º, da Resolução CNMP nº 210, de 14 de abril de 2020.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (08/09/2020)

52) Proposição nº 1.00430/2019-20

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a possibilidade de o membro do Ministério Público ser titular de EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada ou de Sociedade Limitada. Exercício do magistério.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Distrito Federal

53) Proposição nº 1.00424/2020-61

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 37, do Regimento Interno do CNMP e acréscimo de dispositivos, visando disciplinar o instituto do Conflito de Atribuições.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00457/2020-66

Requerentes: Antonio Alves Pereira Netto; Bruno de Albuquerque Barreto; Cleyton Soares da Costa e Silva; Evelton David Conti Isoppo; Herson Luis de Sousa Galvão Rodrigues; Jaime Rodrigues D Alencar; Maylton Rodrigues de Miranda; Nayana da Paz Portela Veloso; Tiago Berchior Cargin; Yan Walter Carvalho Cavalcante

Advogado: Guilardo Cesá Medeiros Graça – OAB/PI nº 7.308

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Interessado: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Concurso público. Ingresso na Carreira. Cargo de Promotor de Justiça Substituto. Determinação para que o Ministério Público do Estado do Piauí prossiga com a imediata homologação do resultado final. Edital nº 01/2018. Pedido liminar.

Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Piauí



- 55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00483/2020-85  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação de gastos. Pedido liminar.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Amapá
- 56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00494/2020-83  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio Saúde. Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Amazonas

Incluídos na Pauta da 14ª Sessão Ordinária (22/09/2020)

- 57) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01008/2018-10 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Andre Alisson Leal Teixeira; Arnaldo Dias Santos da Costa Carvalho; Christovão de Moura Varotto Junior; Claudia Braga Tomelin; Cyro Vargas Jatene; Daniel Vieira de Lima; Danielle Bernardes Pacheco; Danilo Barbosa Sodre da Mota; Flaviane Ribeiro de Araujo; Gabriela Gonzalez Pinto; Gilberto Teles Coelho; Gustavo Ramos Ferreira; Janaina Cristina Queiroz de Almeida; Jullyer Gadioli Milanez; Júlio Augusto Souza; Karoline Araújo do Prado; Leonardo Borges de Oliveira; Leonel Paz de Lima; Marcelo Henrique de Azevedo Souza; Marcelo Santos Teixeira; Otávio Binato Júnior; Renato Augusto Ercolin; Ricardo de Sousa Fonseca; Rodrigo Fogagnolo Mauricio; Ruy Reis Carvalho Neto; Stephany Nely Lobato; Thaisa Mayra de Paula Botelho; Tiago Dias Maia; Vanessa de Souza Farias  
Advogados: Antonio Luiz Barbosa de Alencastro – OAB/DF n.º 44.100; Thadeu Gimenez de Alencastro – OAB/DF n.º 31021  
Recorrido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Resolução n.º 05/2015, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suprimento de vagas em ofícios em Promotorias de Justiça, resultantes de vacância ou ausência de titulares, por membro de idêntico posicionamento horizontal na carreira. Substituição simples. Alegação de afronta a princípios constitucionais, institucionais e funcionais inerentes ao Ministério Público e à igualdade entre os membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Distrito Federal

- 58) Pedido de Providências nº 1.00360/2020-90 (Recurso Interno)  
Recorrente: Jovica Vukosav  
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Denúncias contra Promotores da Comarca de Lauro de Freitas. Alegação de irregularidades diversas, referentes a obras, urbanismo e meio ambiente.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Bahia
- 59) Pedido de Providências nº 1.00387/2020-64  
Requerente: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessado: Lucas Horta de Almeida  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuições suscitado pela Promotoria de Justiça em Satuba.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Alagoas
- 60) Pedido de Providências nº 1.00453/2020-41  
Requerente: Thiago Lemos de Andrade  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Violação à sistemática de distribuição por critérios impessoais e objetivos e aos princípios da isonomia, impessoalidade e do promotor natural. Força Tarefa da Lava Jato em São Paulo.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: São Paulo
- 61) Pedido de Providências nº 1.00504/2020-08  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições entre o Promotor de Justiça da Comarca de Barueri e o Procurador da República em Barueri. Procedimento de apuração de apropriação de bens fornecidos pelo Município de Barueri à Agência do IBGE.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: São Paulo
- 62) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00516/2020-60  
Requerente: Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho  
Requeridos: Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho; Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Superior. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Regulamentação do serviço de distribuição dos feitos. Reclamação PGEA 1.00.001.000098/2020-91. Pedido liminar.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal

- 63) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00557/2020-00  
Requerente: Wendell Beethoven Ribeiro Agra  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Anulação. Portaria nº 183/2020 – PGJ/RN. Procedimento de Gestão Administrativa nº 20.23.0623.0000062/2020-41. Exercício da função institucional de controle externo concentrado da atividade policial. Pedido Liminar.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Rio Grande do Norte
- 64) Pedido de Providências nº 1.00679/2020-33  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Violação do princípio da legalidade que vem ocorrendo na interpretação das Portarias PGR/MPF nº 1.035, nº 439 e nº 1.304. Irregularidades na distribuição no âmbito da Força Tarefa Lava Jato. Violação ao princípio do Promotor Natural.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: São Paulo

Processos incluídos na Pauta da 15ª Sessão Ordinária (13/10/2020)

- 65) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00028/2019-73  
Requerente: Liana Maria Melo Lages  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Interessado: Eloi Pereira de Sousa Junior  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Controle da Resolução CPJ-PI nº 03/2018. Determinação para que a 56ª Promotoria de Justiça de Teresina se abstenha de atuar no controle externo da atividade policial. Realização de inspeções nas delegacias e batalhões militares. Participação em audiências de instrução e julgamento junto as 7ª e 8ª Varas Criminais de Teresina. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Origem: Piauí
- 66) Proposição n.º 1.00180/2020-08  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação de programa de assistência à saúde suplementar para membros e servidores do Ministério Público.  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Distrito Federal

- 67) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00253/2020-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Recorrido: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Conflito de atribuições. Determinação para que a Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo se abstenha da prática de ato de fiscalização ou acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento ao COVID-19. Conflito com a atuação finalística do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo
- 68) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00279/2020-91 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Recorrido: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Conflito de atribuições. Suspensão da Recomendação nº 6/2020/PR-ES/Gab-EOO, editada pelo MPF/PR-ES. Determinação para que a Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo se abstenha da prática de ato de fiscalização ou acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento ao COVID-19. Conflito com a atuação finalística do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Pedido liminar  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo
- 69) Reclamação Disciplinar nº 1.00304/2020-37 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Cristina Aparecida de Castro; Marcelo Feijo Chalreo; Paulo Tavares Mariante  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Goiás
- 70) Pedido de Providências nº 1.00356/2020-77 (Recurso Interno)  
Recorrente: Estado do Espírito Santo  
Advogado: Rodrigo Francisco de Paula – OAB/ES n.º 10.077  
Recorrido: Procuradoria da República – Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Anulação da Recomendação nº 03/2020/PRM/CIT-COVID-19. Procedimento Administrativo nº 1.17.001.000089/2020-01. Políticas públicas para enfrentamento da pandemia de COVID-19. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo

- 71) Pedido de Providências nº 1.00382/2020-96 (Recurso Interno)  
Recorrente: Weliton Virgilio Pereira  
Recorrido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim. Recomendação n.º 3/2020/PRM/CIT Covid-19. Alegação de incompetência por parte do órgão ministerial para fiscalizar as medidas de combate à pandemia do novo coronavírus, no âmbito do Município de Iúna. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior  
Origem: Espírito Santo
- 72) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Amapá
- 73) Reclamação Disciplinar nº 1.00470/2020-70  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Militar  
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Militar lotado no Estado do Ceará.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 74) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00537/2020-02  
Requerente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP  
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Anulação. Decisão do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do Processo SEI 20.22.0001.0007053.2020-05 (Processo MPRJ nº 2019.01404092). Determinação para o afastamento de servidor do exercício de cargo na coordenação nacional da Federação Nacional de Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (FENAMP). Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro

Processos desta Sessão (27/10/2020)

- 75) Procedimento Avocado n° 1.00802/2017-66  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Advogados: José Fabio Marques Dias Junior – OAB/MT n.º 6.398; Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF n.º 15.774; Bruna Cabral Vilela – OAB/DF n.º 43447  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Procedimento Avocado. Processos Administrativos Disciplinares GEDOC 000056-024/2012, 000057-024/2012, 000019-024/2013, 000020-024/2013 e 000034-024/2014. Conforme decisão proferida na Avocação CNMP n° 0.00.000.000088/2017-16.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 76) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00128/2018-19 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Leonardo Azeredo Bandarra  
Advogados: Gabriela Nehme Bemfica – OAB/DF n.º 32.151; Marina Aparecida Mota Gomes – OAB/DF n.º 56.485  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Conduta incompatível com o cargo. Aquisição de imóvel com valor desproporcional à evolução de patrimônio e renda. Portaria CNMP-CN n° 28/2018. Embasado no Procedimento Avocado CNMP n° 0.00.000.000128/2017-20.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Distrito Federal
- 77) Reclamação Disciplinar n° 1.00343/2019-09 (Recursos Internos)  
Recorrente: Maria Elda Fernandes Melo  
Recorrente: Marilda dos Reis Fontinele  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Advogada: Denia Erica Gomes Ramos Magalhães – OAB/DF n.º 19090  
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Distrito Federal
- 78) Reclamação Disciplinar n° 1.00579/2019-37 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)  
Embargante: Diogo Castor de Mattos  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal

- 79) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)  
Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista  
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Luiz Roberto Fonseca Silva – OAB/SP n.º 351939; Marcio Fernando Elias Rosa – OAB/SP n.º 83.744  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Paraná
- 80) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00775/2019-93  
Requerente: Orlando Bastos Filho  
Advogado: Raphael Guimarães Carneiro – OAB/SP n.º 340299  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar Sumário nº 05/2018. Reforma da sentença em relação à pena de advertência, sendo decretada a absolvição.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: São Paulo
- 81) Pedido de Providências nº 1.00010/2020-50 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Soraya Maria Campos  
Embargado: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Arquivamento de notícia de fato. Suposta agressão física e denúncia caluniosa.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Paraná
- 82) Reclamação Disciplinar nº 1.00043/2020-55 (Recurso Interno)  
Recorrente: Moacir Guimarães Morais Filho  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos  
Origem: Distrito Federal
- 83) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00178/2020-00 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Paula Cristine Bellotti  
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Manifestação pública indevida. Utilização de rede social (Facebook) para realizar publicação ofensiva contra o Presidente da República. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00632/2019-09. Portaria CNMP-CN nº 125/2019.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: Rio de Janeiro

- 84) Reclamação Disciplinar nº 1.00267/2020-30  
Requerente: Fernanda Maria Moreira de Almeida Lobo  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas  
Advogados: Lucas Almeida de Lopes Lima – OAB/AL n.º 12.623; Ciro Varcelon Contin Silva – OAB/AL n.º 8663  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Alagoas
- 85) Reclamação Disciplinar nº 1.00335/2020-24 (Recurso Interno)  
Recorrente: Estado do Maranhão  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Maranhão
- 86) Reclamação Disciplinar nº 1.00357/2020-20 (Recurso Interno)  
Recorrente: Moises Rufino Fernandes  
Recorridos: Membro e Servidores do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro e servidores do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire  
Origem: São Paulo
- 87) Pedido de Providências nº 1.00518/2020-77  
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Interessados: Lenita Machado Tedesco; Marta Cristina Pires Anciaes  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições entre o 37º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e a 2ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da Área Zona Sul e Barra da Tijuca do Núcleo Rio de Janeiro. Notícia de Fato nº 1.30.001.003144/2020-75 (Inquérito Policial nº 016-01896/2018).  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Rio de Janeiro



- 88) Pedido de Providências nº 1.00519/2020-20  
Requerente: 37º Ofício – Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Interessados: Marta Cristina Pires Anciaes; Paula da Fonseca Passos Bittencourt  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições entre o 37º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e a 4ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da Área Méier e Tijuca do Rio de Janeiro. Notícia de Fato nº 1.30.001.003025/2020-12 (Procedimento MPRJ 2020.00192605).  
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Origem: Rio de Janeiro
- 89) Pedido de Providências nº 1.00690/2020-30  
Requerentes: Luciana Polenti Cremonese; Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo  
Interessado: Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Policial nº 0005647-38.2019.8.26.0445. Vara Criminal de Pindamonhangaba.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: São Paulo
- 90) Pedido de Providências nº 1.00724/2020-78 (Recurso Interno)  
Recorrente: Fernando Machado Furtado  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Retificação de certidão de antecedentes criminais. Atuação deficiente. Promotoria de Justiça da Comarca de Carangola. Processo Criminal 0017318-84.2019.8.13.0133.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Minas Gerais
- 91) Pedido de Providências nº 1.00739/2020-90 (Recurso Interno)  
Recorrente: Fernando Machado Furtado  
Recorridos: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Procuradoria Geral da República  
Objeto: Ministério Público Federal. Atuação deficiente. Andamento do Procedimento PGR nº 00307476/2020. Apuração de falsidades em assinaturas de diplomas da Fundação FAFILE de Carangola.  
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

- 92) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00748/2020-81  
Requerentes: Jussara Maria Pordeus e Silva; Públio Caio Bessa Cyrino; Sílvia Abdala Tuma  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Suspensão dos atos de nomeação e posse referentes aos Avisos publicados nos dias 15 e 17 de setembro de 2020. Ausência de planejamento para nomear e empossar candidatos ao cargo de Promotor de Justiça Substituto. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta  
Origem: Amazonas

**ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**